



Administração: Ensino e Pesquisa

ISSN: 2177-6083

raep.journal@gmail.com

Associação Nacional dos Cursos de
Graduação em Administração
Brasil

DE MORAES RIBEIRO DE BARCELLOS, REBECA; DO LIVRAMENTO DELLAGNELO,
ELOISE HELENA; PORTELA SALIÉS, GABRIEL
UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: UMA REFLEXÃO
NECESSÁRIA

Administração: Ensino e Pesquisa, vol. 12, núm. 4, outubro-noviembre, 2011, pp. 671-696
Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=533556770005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: UMA
REFLEXÃO NECESSÁRIA**

***UNIVERSITIES, SOCIETY AND THE EDUCATING OF MANAGERS: A
NECESSARY REFLECTION***

REBECA DE MORAES RIBEIRO DE BARCELLOS (*rebecamribeiro@gmail.com*)

ELOISE HELENA DO LIVRAMENTO DELLAGNELO

GABRIEL PORTELA SALIÉS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RESUMO

O papel da universidade no mundo moderno e no contexto atual de sociedade vem sendo discutido por diversos autores e sujeitos atuantes neste campo, primordialmente na área da Educação. A pressão das políticas estatais no sentido de uma aproximação da universidade com o mercado e as mudanças internas, tendo como base o padrão oriundo desse mercado, têm levantado questionamentos, que precisam ser discutidos. Estas discussões abrangem as mais diversas formações profissionais proporcionadas pela universidade; e o curso de Administração, historicamente construído com base em uma visão dominante da realidade social centrada no mercado, não pode se eximir deste processo de reflexão. Neste contexto, o objetivo deste artigo, um ensaio teórico, é refletir acerca da função da universidade na sua relação com a sociedade, especificamente acerca da formação do administrador, apontando os espaços onde o trabalho do administrador é pertinente e refletindo sobre o conhecimento disponível e disseminado sobre organizações e gestão, apontando os limites da concepção de organização predominante nos ensinamentos da administração. As conclusões apontam para a realidade de um curso fortemente alicerçado em uma visão hegemônica da área, voltado para o mercado, porém insuficiente para dar conta das necessidades dele. Subjacente a esta questão está a literatura utilizada na formação dos administradores no Brasil, a qual reforça a ausência de perspectiva crítica, quer pelo uso de manuais, quer pelo emprego da chamada literatura *pop management*.

Palavras-chave: universidade; sociedade; formação profissional; Administração.

ABSTRACT

The role of the university in the modern world and in the current context of society has been discussed by several authors and persons active in this field, mainly in the area of Education. The pressure exerted by state policies in forcing universities towards the market and the internal changes based on the resulting pattern have raised questions that must be addressed. These discussions cover all professional degrees offered by universities; whilst the Management course, historically based on a dominant view of a market-centric social reality, cannot be exempt from this thought process. Within this context, this paper, itself a theoretical essay, aims to reflect on the role of the university in its relationship with society: specifically the formation of the manager. It points out the places where the role is relevant and reflecting on the knowledge available regarding organizations and management, as well as the limits of the prevalent concept of organization in administration. Our findings indicate the reality of a course strongly rooted in a hegemonic vision of the field, focused on the market, yet unable to cater to its needs. Underlying this issue is the literature used for educating managers in Brazil that reinforces the lack of critical perspective, either through the use of manuals or that of so-called pop management literature.

Keywords: *universities; society; professional education; management.*

INTRODUÇÃO

A relação entre a universidade e a sociedade tem sido historicamente assunto de reflexão de diversos autores, em especial na área da educação. A atenção dada ao tema assume contornos diferenciados a partir da década de 1990, com a introdução de políticas de cunho neoliberal na educação por parte do Estado, levando ao questionamento, entre outros aspectos, da validade e da eficiência da universidade pública e gratuita (SANTOS, 2008; CULLEN, 2008; CHAUI, 2003; PIRES, 1996).

A habilitação para o exercício profissional, a formação para o mercado e a formação para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária são argumentos defendidos como funções da universidade. No entanto, tais argumentos se mostram conflitivos em determinados aspectos e a universidade é chamada a fazer opções, mesmo que isso não transpareça de forma explícita.

Seja nas definições de investimentos, nas prioridades de pesquisa, nos projetos de extensão, na alocação de carga horária docente, seja na estrutura de currículos e nas definições de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, a instituição universitária, por meio da atuação de seus participantes, está continuamente fazendo opções e definindo a formação de indivíduos com base em valores e alternativas pré-estabelecidas, quer sejam elas decididas conscientemente ou não. Consta-se cada vez mais que tais opções se refletem na orientação para o mercado, que pressiona a formação de estudantes das mais diversas áreas do conhecimento.

A questão se aprofunda quando se passa a discutir a temática sob a ótica da formação do administrador. A dicotomia sociedade-mercado parece se intensificar quando se trata de uma profissão cuja tarefa tem sido fundamental e reproduzir o sistema econômico vigente e o paradigma de atuação dominante, embasado numa concepção hegemônica de organização que abre, historicamente, poucos espaços para discussão de possibilidades alternativas, além de estar fundamentada numa visão limitada do ser humano como operacional ou reativo (BÖHM, 2006; PARKER, 2002; SCHREVEN; SPOELSTRA; SVENSSON, 2008; MISOCZKI, 2008; RAMOS, 1989).

Os espaços onde o trabalho do administrador é pertinente na sociedade são diversos e demandam capacitações e racionalidades próprias, as quais eventualmente coincidem com a perspectiva hegemônica do organizar sob a ótica gerencialista, dominante na teoria organizacional. A preocupação concerne ao fato de que, refletindo esta hegemonia, a formação do administrador esteja ocorrendo de forma circunscrita ao paradigma dominante, deixando de abordar e, portanto de formar para possibilidades e realidades sociais diferentes da organização empresarial, as quais também necessitam de saberes e práticas voltados especificamente para organizar, que lhes permita alcançar seus objetivos. (ANDION, 2005; SERVA, 1993; MISOCZKI, 2008 BALBINOT; PEREIRA, 2009).

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a função da universidade na sua relação com a sociedade, especificamente acerca da formação do administrador, apontando os espaços onde o trabalho do administrador é necessário e, portanto, para os quais deveria ser preparado para a atuação profissional e reflexão crítica. Assim, o trabalho visa a contribuir com uma discussão que, embora venha se desenvolvendo de forma significativa em torno da relação entre a universidade com a sociedade (CHAUÍ, 2003; SANTOS, 2008; ALCADIPANI, 2011), ainda é incipiente no campo da administração,

tendo em vista as disputas que são travadas, em alguns espaços, contra uma produção hegemônica do saber em organizações (MICSOZKY; GOULART, 2011). Além disto, os resultados destas reflexões pouco têm se materializado nos programas dos cursos de administração brasileiros, levando a crer que a discussão, além de relevante, é necessária.

Visando ir além das discussões até então desenvolvidas sobre o tema, pretende-se também refletir sobre o conhecimento disponível e disseminado sobre organizações e gestão. Destacam-se, neste sentido, as restrições impostas sobre o conceito de organização predominante na área, o qual impossibilita enxergar evidências que se distanciam ou estão em desacordo com este modelo. O propósito consiste assim, em avançar no desenvolvimento de uma sociologia das ausências apontada por Santos (2002) e contribuir com a provocação a respeito da necessidade de construção de novos conhecimentos na área que enunciem possibilidades que tenham como horizonte práticas alternativas de organização e gestão mais coerentes com as necessidades da sociedade.

Para tanto, o trabalho está estruturado da seguinte forma: a primeira parte discute a relação entre a universidade, a sociedade e um de seus enclaves específicos, o mercado. Na segunda parte, abordam-se os aspectos relacionados à formação do administrador face a uma concepção hegemônica de organização e os espaços negligenciados por esta visão, bem como se discute a literatura que dá suporte a este processo no Brasil. Finalmente, argumenta-se a pertinência de uma concepção de universidade que vise a formar sujeitos autônomos e atuantes na sociedade, e por uma sociologia das emergências (SANTOS, 2002) nos estudos organizacionais que permita enunciar práticas alternativas ao modelo dominante de organização.

UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E MERCADO: RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Quando se trata universidade, sociedade e mercado como categorias analíticas distintas, parece haver uma clara delimitação entre estas instituições na vida social, como se fora possível isolá-las umas das outras num método cartesiano de análise. Cabe esclarecer que que as três categorias são aproximações meramente abstratas e que as relações existentes na prática social tornam as fronteiras entre elas fluidas e em constante processo de formatação, aproximação e distanciamento. São usadas, portanto, para facilitar a discussão, no entanto, sem perder de vista a dinamicidade que é característica ao seu inter-relacionamento.

Para Oda et al. (2007), as universidades vivem o dilema das relações entre a defesa de sua instituição e as demandas da sociedade que vive ao seu redor, numa relação altamente conflitiva. O caráter conflitivo desta relação se expressa no interior da própria universidade, na concepção de Chaui (2003, p.5), para quem a universidade não é um reflexo da sociedade e do Estado, pois sua autonomia intelectual lhe permite relacionar-se com o Estado e a sociedade:

De maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.

Para Santos (2008), a demarcação das fronteiras entre universidade e sociedade pode ser vista na lógica da produção do conhecimento universitário, onde a distinção entre conhecimento científico e outros conhecimentos é absoluta, tal como é a relação entre ciência e sociedade. Neste contexto, a universidade produz conhecimento que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que “apesar de socialmente relevante, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido.” (SANTOS, 2008, p. 41).

No entanto, por mais que a relevância social do conhecimento produzido pela universidade não seja o principal direcionador das pesquisas realizadas, é necessário reconhecer que a universidade possui também funções sociais, simbólicas e culturais, além da dimensão econômica (BOURDIEU, 1996; PIRES, 1996). Para Almeida Filho (2008, p.177), por exemplo, “a educação universitária cultiva, porta e transmite valores ideológicos, científicos, estéticos e culturais que não se subordinam aos processos de standardização típicos de bens e produtos industriais.” Chaui (2003) vai além ao afirmar que a função da universidade é a formação:

é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. (...) há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi

experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade (CHAUI, 2003, p.12).

Quando se acrescenta a instituição mercado à discussão sobre o papel da universidade, verifica-se que esta se encontra hoje em uma das margens da dicotomia entre autonomia e produção de conhecimento como bem público por um lado e as amarras e vinculações com o capital por outro. Neste sentido, Santos (2008) relata que a universidade passou, na década de 1990, por dois processos que ele considera faces da mesma moeda: o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade, alterando profundamente o modo como o bem público da universidade é produzido, transformando-o num campo de valorização do capitalismo educacional. De acordo com o autor, isso ocorre em dois níveis de “mercadorização”: o primeiro induzindo a universidade pública à geração de receitas próprias, notadamente por meio de relações com o capital, privatizando parte de seus serviços; e o segundo, dissolvendo tendencialmente a distinção entre universidade pública e privada:

(...) transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes (SANTOS, 2008, p. 21).

Santos (2008) identifica ainda que a universidade tem sido exposta a pressões contrapostas. Por um lado, a pressão da mercantilização do conhecimento, das empresas consumidoras, utilizadoras e até mesmo coprodutoras do conhecimento científico. Esta pressão, argumenta o autor, visa reduzir a responsabilidade social da universidade à sua capacidade para produzir conhecimento economicamente útil, isto é, comercializável. Por outro lado, existe também uma pressão hiperpublicista que busca a expansão do espaço restrito da universidade em nome de um espaço público mais amplo e com concepções de responsabilização social muito mais abrangentes. Esta contraposição tem desestabilizado a institucionalidade da universidade, sua identidade social e cultural, causando-lhe desorientação e traduzindo-se em paralisia “disfarçada por uma atitude defensiva, resistente à mudança em nome da autonomia universitária e da liberdade acadêmica” (SANTOS, 2008, p. 44).

Chauí (2003) argumenta que os processos de incorporação da visão liberal da educação na década de 1990 culminaram no entendimento da universidade como organização (na concepção hegemônica do termo, aspecto que será mais bem detalhado adiante) e que a visão organizacional da universidade produziu *a universidade operacional*:

estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (CHAUI, 2003, p.7).

A autora também ressalta que, quando reduzida a uma organização, a universidade deixa em segundo plano a formação e a pesquisa para privilegiar a competição, já que a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências do mercado. “Isso significa que a universidade *pública* produz um conhecimento destinado à *apropriação privada*. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática.” (CHAUI, 2003, p. 8).

De acordo com Cullen (2008), o que se observa é que se está utilizando a ideia de autonomia universitária como “carta branca” para converter universidades e institutos universitários em empresas que competem no mercado, com lógicas estranhas às da universidade e com um gerenciamento cada vez mais distante dos controles naturais e equilíbrios próprios dos sistemas de governo instaurados nas universidades latino-americanas desde a reforma de Córdoba em 1918.

A pressão produtivista, consequência do mercado concorrencial ao qual se submete a universidade, acaba, na visão de Santos (2008, p.25) por desvirtuá-la, “até porque certos objetivos que lhe poderiam estar bem mais próximos têm sido esvaziados de qualquer preocupação humanista ou cultural.”

Uma das formas que a apropriação privada do conhecimento produzido pela universidade assume está muitas vezes vinculada ao tipo de sujeito cuja formação ela dissemina, tendo em vista que, conforme afirma Goergen (1998), com o aumento constante da competitividade, a educação tem sido vista como uma forma de desenvolver competências para o mundo do trabalho, o qual não implica espaço para reflexão. Neste contexto, “a racionalidade e a lógica próprias do mundo da produção, do

mercado e da geração de lucros expande-se para as outras esferas da vida, de modo que tudo começa a ser medido por tais parâmetros.” (GOERGEN, 1998, p.9).

No entanto, paradoxalmente, em muitos casos, a universidade é lenta demais para o ritmo do mundo empresarial que prefere optar pela compra de pacotes tecnológicos prontos, que têm aplicações imediatas (GOERGEN, 1998). No mesmo sentido, os empregadores argumentam que o sistema educativo não forma os recursos humanos dos quais as empresas necessitam atualmente. Para Cullen (2008), esta afirmação leva à aceitação de que atores externos indiquem aos educadores o que eles devem fazer e até como fazê-lo, com o sistema educativo desenvolvendo um complexo de culpa, buscando cada vez mais responder a estas demandas, desenhando currículos em conformidade com elas. Na visão do autor, os sistemas universitários empenham-se em responder com prontidão às demandas do mercado de trabalho com enfoques e currículos sempre desatualizados, já que não é possível seguir o ritmo das mudanças com a velocidade de adaptação dos espaços de produção.

Esta relação com o mercado de trabalho é pensada também por Chauí (2003), para quem as novas formas assumidas pelo capital levam à obsolescência cada vez mais rápida da mão de obra, abrindo espaço para uma confusão entre educação e reciclagem. Esta última é entendida pela autora como “aquisições de técnicas por meio de processos de adestramento e treinamento para saber empregá-las de acordo com as finalidades das empresas.” (CHAUI, 2003. p.11) Ou seja, conforme a autora, é preciso distinguir o que a universidade deve fazer em termos de educação, sendo a formação o seu papel primordial, e não a reciclagem.

Pires (1996) discorre no mesmo sentido, afirmando que a universidade é guardiã por excelência da produção científica e cultural da sociedade e, portanto, não pode ter o seu papel limitado apenas às regras de adequação ao mercado, típicas de sua função econômica. Para o autor, “a produção universitária não pode ser convertida à lógica do fetichismo da mercadoria, na qual o produto do sistema universitário atende mais às regras de simulação da produção global de mercadorias do que às necessidades da sociedade.” (PIRES, 1996. p.3)

Além da inadequação na formação exigida pelo mercado, Goergen (1998) alerta que a universidade despende um enorme esforço para formar empregáveis que jamais serão empregados. Para o autor, atualmente não se gera nem se cria empregos, apenas os empregos são disputados e, assim, o emprego que a universidade ajuda alguém a conquistar representa necessariamente o sacrifício de outro empregado.

Por isso há que ter cuidado quando se imagina, nas condições atuais, que a formação profissional é o pleno exercício da função social da universidade. O auxílio é prestado àqueles que conseguem vencer as barreiras de acesso dos famigerados exames de ingresso, o que geralmente está reservado aos filhos já privilegiados da sociedade. Estes então terão, ao final de sua formação, mais condições de vencer a luta. Mas esta luta não é a luta por mais um lugar de trabalho, mas pelo lugar de trabalho de outro (GOERGEN, 1998, p.8).

Pires (1996) mostra que para alguns defensores do ideário do discurso neoliberal as universidades devem, entre outras coisas, estar voltadas para o mercado e para a promoção do desenvolvimento de inovações tecnológicas, direcionadas para o aprimoramento da competitividade do sistema produtivo nacional. Sem desconsiderar a validade destas afirmações, o autor argumenta que tais funções não são suficientes para orientar e tornar consistente o verdadeiro papel que a universidade deve cumprir na formação profissional, na resolução dos problemas sociais e, finalmente, na promoção do desenvolvimento social,

Conforme salienta Goergen (1998, p.78), a popularidade de conceitos como sociedade de conhecimento e de economia baseada no conhecimento, em especial nos países centrais, revela a pressão que tem sido exercida sobre a universidade “para produzir o conhecimento necessário ao desenvolvimento tecnológico que torne possível os ganhos de produtividade e de competitividade das empresas”, sendo a universidade pressionada “para transformar o conhecimento e os seus recursos humanos em produtos que devem ser explorados comercialmente” (GOERGEN, 1998, p.78). Ao encontro deste pensamento, Chaui (2003, p.8), complementa que a noção de sociedade do conhecimento está plenamente alinhada às demandas de informação advindas do mercado e, portanto, é regida por sua lógica, não sendo “propícia nem favorável à ação política da sociedade civil e ao desenvolvimento efetivo de informações e conhecimentos necessários à vida social e cultural.” De acordo com a autora:

A noção de *sociedade do conhecimento*, longe de indicar uma possibilidade de grande avanço e desenvolvimento autônomo das universidades enquanto instituições sociais comprometidas com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos, indica o contrário; isto é, tanto a heteronomia universitária (quando a universidade produz conhecimentos destinados ao aumento de informações para o capital financeiro,

submetendo-se às suas necessidades e à sua lógica) como a irrelevância da atividade universitária (quando suas pesquisas são autonomamente definidas ou quando procuram responder às demandas sociais e políticas de suas sociedades) (CHAUI, 2003, p.8).

Para Goergen (1998), o sentido social da universidade está sendo abreviado e reduzido à função de prestar serviços e cooperar com empresas. Sem negar que isto possa também ser socialmente relevante, o autor acredita que o sentido social da universidade vai muito além disso. Neste mesmo sentido, Chaui (2003) afirma também que é necessário focar a universidade com base em sua autonomia e em sua expressão social e política, com o cuidado de não torná-la acessório da ideia de modernização que, no Brasil, está relacionada à submissão da sociedade e das universidades a modelos e critérios que servem aos interesses do capital, e não aos direitos dos cidadãos.

De acordo com Cullen (2008), a universidade não pode ser refém do mercado de trabalho, ela deve formar profissionais para novos trabalhos demandados pelos tempos atuais, e não apenas para servir ao paradigma do eficientismo econômico. A formação universitária, na visão do autor, deve se desenvolver focada na mudança tecnológica e não no mercado de trabalho. O objetivo é transformar a sociedade, gerando processos de melhora política e de compreensão das novas realidades diante da globalização, induzindo processos de modificação destas realidades que não são satisfatórias, principalmente para os países periféricos, e coordenando esforços para dar resposta aos novos problemas e desafios que embasam o desenvolvimento para a sustentabilidade ética, humana e ambiental. Neste sentido, conforme o autor:

la universidad debe plantearse la necesidad de formar profesionales para que sean agentes vectores de cambios en los estudios jurídicos y contables, en la gestión de los gobiernos y de las empresas, en los consultorios, en los medios de comunicación, en la generación de ONG, en las usinas intelectuales, en las artes, en las PYME, en las fábricas y talleres, en las consultorías, en la gestión de actividades recreativas y deportivas. Nuestros profesionales están destinados a ser líderes sociales y hay que formarlos para que sean fermento de modificación de las tendencias que han generado un progreso que acrecienta las desigualdades y La exclusión. Si no hay masa crítica de líderes sociales formados en valores éticos y ciudadanos, solidarios, con visión crítica y autonomía cultural para ejercer el poder de

discriminar imposiciones injustas de los sectores más fuertes, no se van a poder vencer las tendencias dominantes, porque es muy grande la fortaleza de esos sectores (CULLEN, 2008, p. 4).

A universidade, afirma Goergen (1998), deve ir além de seus deveres no campo da ciência e tecnologia, assumindo também a responsabilidade pela emergência de um comprometimento com a reconstrução de uma sociedade que seja capaz de reinventar uma cultura mais humana. Para o autor, é preciso encontrar um novo equilíbrio entre a formação técnico/profissional e a formação humanista/cultural, não apenas abrindo espaços no currículo para a abordagem de temas humanísticos ou de artes, mas de ampliar com todo o rigor o conceito de formação acadêmica, o que implica uma revisão profunda da prática acadêmica à qual estamos acostumados atualmente. Cullen (2008) acrescenta que todo egresso deve ter as condições para desempenhar sua profissão específica, mas também adquirir ferramentas para contribuir, ao exercer seu trabalho, com a mudança da sociedade.

Neste processo, Goergen (1998) lembra que a legitimação e responsabilização da universidade em relação a certos interesses e aos grupos sociais que os sustentam pode significar sua deslegitimação e desresponsabilização em relação a outros interesses e a outros grupos sociais subalternos, populares. Portanto, é preciso que “a universidade possa desenvolver espaços de intervenção que, de algum modo, equilibrem os interesses múltiplos e mesmo contraditórios que circulam na sociedade e que, com maior ou menor poder de convocação, interpelam a universidade.” (GOERGEN, 1998, p.79) Santos (2008, p.82) argumenta na mesma direção, afirmando que “a responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor.”

A reflexão de Severino (2002, p.10) põe ainda em questão o aspecto ético intrínseco ao processo educacional. Para ele, “construir o futuro implica investir na educação, na perspectiva de uma política educacional intrinsecamente voltada para os interesses humanos da sociedade, visando à superação intencional e planejada de suas forças de exclusão social.”

Partindo destas reflexões, a questão que segue é onde se situa o curso de Administração na formação de profissionais e também de indivíduos que sejam capazes de começar a se interrogar, como afirma Enriquez (2006). Para o autor, “é necessário que haja pessoas que possam ajudá-los a analisar o que estão fazendo, a fim de que possam pensar

novos projetos, construir novas instituições, (...) e, talvez, um dia, formar um novo paradigma social e humano” (ENRIQUEZ, 2006. p.11)

O ADMINISTRADOR, A SOCIEDADE E A FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

A definição de administrador dada pelo dicionário é aquele “Que administra. Concernente ou pertencente à administração pública ou particular. O que tem a seu cargo a administração pública total ou parcial. O que dirige ou superintende estabelecimento público ou particular.” (MICHAELIS on line, 2010) Este “estabelecimento” público ou particular ao qual se refere a definição trata-se de uma organização social. A palavra organização, por sua vez, pode designar uma série de diferentes espaços sociais: empresas, corporações, associação, clubes, escolas, hospitais, organizações de base comunitária, cooperativas, sindicatos, ONG’s, partidos políticos entre tantas outras. O próprio dicionário mostra diversas possibilidades de aplicação do termo: empresa, indústria, conjunto de leis, organização não governamental, organização social (MICHAELIS on line, 2010).

No entanto, esta múltipla interpretação da palavra organização não é assim tão clara ou frequente no campo dos estudos organizacionais ou mesmo da administração; comumente, ela está associada à ideia de empresa. Para Solé (2004), a primeira utilização do termo organização como sinônimo de empresa aparece no artigo “The nature of the firm”, escrito em 1937, por Ronald Coase. A partir dos anos de 1950 esta linguagem se impõe nos Estados Unidos e, por mimetismo, em toda a parte. Conforme percebe Böhm (2006), há uma noção hegemônica do termo, segundo a qual organização está restrita ao conjunto de entidades formais e instituições onde a organização social parece sempre formada, pré-determinada e dada.

De acordo com esta noção, afirma Böhm (2006, p.5): “organização diz respeito à administração e manutenção de um mundo técnico, ordenado, caracterizado por divisões claras do trabalho, profissionalismo, burocracia e corpos racionais que podem ser situados, medidos e representados”. Neste sentido, Costa e Carrion (2009, p.73) afirmam que “sob o abrigo da ciência normal os modelos de desenvolvimento se fortaleceram como modelos únicos de organização social, econômica, política e cultural, pretendendo-se assim hegemônicos e totalitários”. Para Parker (2002 apud CLEGG, 1998, p.4):

As organizações, enquanto tipo ideal de burocracia, constituem uma representação modernista de práticas modernistas arquetípicas, esboçando “um único conjunto de tendências empíricas, consideradas irresistíveis e inevitáveis, as quais constituíam a famosa racionalização do mundo, cujo sucesso seria atribuído à burocracia enquanto mecanismo principal da sua conquista.”

Neste contexto, o debate de grande parte da teoria organizacional, a qual busca desenvolver conhecimentos sobre as práticas de gestão correntes, está fundamentalmente centrado em diferentes modelos de “como organizar organizações formais de forma mais eficiente e eficaz” (BÖHM, 2006. p.6).

Outro aspecto importante é destacado por Ramos (1989), para quem a teoria administrativa, ao fazer considerações acríicas sobre a natureza humana, acaba por entendê-la sob as perspectivas operacional e reativa. Para Ramos (1989, p.2), na perspectiva operacional a Administração vê o homem como um “recurso organizacional a ser maximizado em termos de produto físico mensurável.” Já sob a ótica reativa, o homem é visto pela administração como uma variável interdependente dentro do sistema empresarial, havendo, portanto a necessidade de reforçar nele aqueles comportamentos que apoiem a racionalidade específica da empresa, ajustando o indivíduo ao contexto de trabalho.

Misoczki e Vecchio (2006) constataam que a maioria dos personagens do campo da administração sequer aceita pensar na possibilidade de existência de arranjos organizacionais e políticos diferentes dos atuais, devido, principalmente, à aceitação acríica de discursos e recomendações que compõem a tradição teórica dos estudos organizacionais. Neste sentido, Tenório (1998) afirma que grande parte da pesquisa social empírica realizada no campo da gestão organizacional está ligada ao pragmatismo e ao sucesso do mercado.

A sociedade não é constituída por um único tipo de sistema social, tampouco se caracteriza pela homogeneidade. Pelo contrário, caracteriza-se por uma diversidade de instituições e espaços, formas e arranjos organizacionais que permeiam a atividade humana, havendo muitas formas de organizar a vida social diferentes das baseadas e ditadas pelo tipo de livre mercado que reina em grande parte do mundo (SCHREVEN; SPOELSTRA; SVENSSON, 2008). Costa e Carrion (2009) afirmam que a mesma pluralidade de comportamentos econômicos que se verifica na sociedade deveria estar refletida nos estudos organizacionais, de forma a permitir o diálogo, a negociação e a troca entre diferentes saberes e

disciplinas, voltados para diferentes modos de pensar e construir o mundo.

As características da gestão dos empreendimentos da economia solidária ou autogestionários, por exemplo, são diferentes daquelas da gestão empresarial, incluindo, entre outros, aspectos como administração participativa, tomada de decisão coletiva, mecanismos de controle definidos pelos membros, assembleia como instância maior de tomada de decisão (ANDION, 2005; BALBINOT E PEREIRA, 2009; MISOCZKI, 2008). No entanto, para Misoczki (2008, p.1), “o tema da autogestão e da auto-organização tem sido consistentemente marginal(izado) no campo dos estudos organizacionais”. Ao encontro da afirmação da autora, Balbinot e Pereira (2009) argumentam que as particularidades da gestão de empreendimentos da economia solidária não são consideradas na maioria dos trabalhos sobre estas organizações, desconsiderando suas características específicas, analisando-as por meio de uma abordagem funcionalista, baseada nos mesmos instrumentos utilizados no estudo das organizações empresariais.

Constatando-se que a sociedade é plural e que assim o são também as alternativas de organização humana, quer em nome de objetivos econômicos, quer em nome de objetivos políticos e sociais, afirma-se que a formação do administrador deveria refletir esta pluralidade, capacitando-o para atuar nos diferentes espaços, cuja organização é necessária, é necessário, com base em um conjunto de conhecimentos que abrangesse as diferentes formas organizacionais, não apenas no sentido modernista do termo.

No Brasil, no entanto, a legislação que define os campos de atuação do administrador estabelece que a atividade profissional de administração será exercida, como profissão liberal ou não, mediante o desempenho de uma série de atividades técnicas relacionadas ao “exercício de funções e cargos de Administrador do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, empresas estatais, paraestatais e privadas” (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2010).

Ao que se pode perceber, tal definição é circunscrita à definição dominante de organização. Apesar de ser um pouco mais abrangente, incluindo o espaço da administração pública, sequer se menciona a atuação em organizações como terceiro setor, economia solidária, autogestão, cooperativas, organizações da sociedade civil. Para que se compreendam as particularidades da formação dos administradores no Brasil, é necessária uma breve explicação sobre as origens e a

contextualização histórica e suas influências no ensino de administração no país.

De acordo com Covre (1981), o processo de desenvolvimento dos cursos de administração no Brasil está diretamente relacionado à política e à ideologia desenvolvimentistas, aplicadas inicialmente por Getúlio Vargas na década de 1930 e, posteriormente, por Juscelino Kubtischek na década de 1950. Vargas apresentava um modelo desenvolvimentista de caráter nacionalista e principalmente “autônomo”, enquanto Kubtischek apresentava uma política de desenvolvimento “associado”, caracterizado pela abertura econômica de caráter internacionalista (COVRE, 1981).

Covre (1981), também aponta que esta política adotada por esses presidentes, estava diretamente relacionada à formação de uma burocracia nos países periféricos, assim como a sua vinculação à técnica como solução aos problemas sócio-econômico-políticos:

O processo de “modernização” que se instaura nestes países pressupõe que haja uma solução universal e objetiva para os problemas dos mesmos e, em nome de uma racionalidade ahistórica e apolítica, propõe-se resolver problemas mais profundos, que são de origem histórica e política.” (COVRE, 1981, p. 58).

Este modelo de desenvolvimento baseado na grande empresa, equipada com tecnologia complexa, acaba requerendo maior burocratização e, conseqüentemente, demandando mão de obra especializada, principalmente de nível superior, com competências de análise, controle e planejamento das atividades empresariais, donde surge a necessidade de capacitação na área de administração (SERVA, 1990; COVRE, 1981). Interessante notar que a própria fundação das bases do curso de Administração no Brasil já apresentava vínculos estreitos com as necessidades do mercado e os interesses do capital privado.

Outro fator importante na formação dos primeiros (e por muito tempo, principais) cursos de administração brasileiros, foi a atuação direta da burguesia nacional e entidades internacionais. Estas classes, segundo Covre (1981), não se organizam apenas para fins empresariais, mas defendem seus interesses corporativos por meio de órgãos como: Federação das Indústrias, associações comerciais e câmaras de comércio.

É dentro deste contexto histórico que, em 1954, é criada a EAESP, a escola de administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), localizada em São Paulo, seio empresarial brasileiro, sendo assim, o local mais favorável para a implantação da escola, em termos do favorecimento dos interesses empresariais. (SERVA, 1990). Para iniciar

as suas atividades, a FGV firma convênio com o governo americano, que se comprometeria a enviar professores e especialistas em administração de empresas, principalmente da universidade de Michigan. E, em contrapartida, a FGV enviaria docentes para pós-graduação nos EUA (SERVA, 1990; CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO).

Serva (1990) também aponta que outro importante impulso para o desenvolvimento dos cursos de administração no Brasil foi o novo acordo, firmado com os EUA, em março de 1959, cujo principal objetivo era a criação de novos cursos de administração, tendo como suporte para tal o apoio dos EUA na assistência técnica para elaboração de currículos, métodos e técnicas de ensino, instalação de bibliotecas e formação de professores:

A formação de professores foi um aspecto de grande relevância. A assistência técnica era prestada diretamente por professores americanos que também participavam na seleção de candidatos oriundos de áreas correlatas como direito, economia, contabilidade, engenharia, etc. Após selecionados, esses profissionais eram enviados aos EUA na categoria de bolsistas, onde realizavam cursos de mestrado em administração...aqueles destinados à docência em administração de empresas foram conduzidos à Universidade de Michigan, sendo que alguns destes receberam treinamento em Harvard (SERVA, 1990, p. 11).

Estas missões universitárias perduraram na EAESP até 1965, deixando evidente a influência do ensino de Administração norte-americano no futuro do ensino de administração brasileiro.

No entanto, é no marco do movimento de 1964, com a concretização do projeto de desenvolvimento capitalista “associado”, ensaiado no governo de JK, que o administrador começa a ganhar espaço, e o desenvolvimento e crescimento dos cursos de administração expandem-se, pois com a política internacionalizante adotada pelos militares, as grandes empresas que aportaram no Brasil acabaram impondo sua visão e interesse. Para reforçar este fato, logo após o movimento de 1964, é regulamentada a profissão de administrador, pela lei nº 4760, de 8 de Setembro de 1965, a qual dispõe sobre o exercício do técnico em administração (SERVA, 1990).

Os cursos de administração no Brasil têm uma história muito curta, principalmente se comparados aos cursos estadunidenses, os quais foram inaugurados no final do século XIX, com a criação da Wharton School, em 1881. Em 1952, ano em que se iniciava o ensino de administração no Brasil, os EUA já formavam em torno de 50 mil

bacharéis, quatro mil mestres e cem doutores por ano em Administração (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2010)

Considerando as influências na história da instalação dos cursos de Administração no Brasil, Serva (1990) reflete a respeito dos campos nos quais o administrador é requisitado a oferecer seus conhecimentos, tomando por base a classificação de Guerreiro Ramos sobre os sistemas produtivos brasileiros que indicam possíveis espaços de atuação do administrador. Para Ramos (1989 apud SERVA, 1990. p.12), estes sistemas produtivos seriam os seguintes:

I) Sistema Oligopolizado: Composto por empresas que se dedicam à produção de bens e/ou prestação de serviço de alta sofisticação tecnológica e mercadológica. Estas empresas dominam amplamente o mercado em que atuam e são essencialmente cosmopolitas, pois estão funcionalmente articuladas (quando não subordinadas) a empresas e instituições que operam nos centros mais desenvolvidos;

II) Sistema de Produção de Relativa Competitividade: Composto por empresas que atuam em ambientes competitivos, aproximando-as dos modelos clássicos de economia de mercado. Predominantemente (embora não exclusivamente), é representado por médias e pequenas empresas.

III) Sistema Fronteiriço: composto por organizações que se encontram em uma das duas situações extremas: ou adquirem certas características que as aproximam dos oligopólios, ou, ao contrário, estão sendo excluídas do mercado por força de fatores tecnológicos e mercadológicos.

IV) Sistema Quase formal de microprodução: onde certos aspectos da lógica inerente à teoria do mercado se aplicam, embora de forma flexível, instável e episódica. O artesão, o profissional liberal, o intermediário de negócios, etc. são exemplos desta categoria.

V) Sistemas Conviviais e Comunitários de Produção: incluem as associações de pequenos grupos para a produção de bens e serviços. É o caso, por exemplo, da comunidade social que organiza pequenas creches, da prestação de serviços comunitários, de certos tipos de cooperativas da pequena agricultura de hortigranjeiros, etc;

Guerreiro Ramos (1989) também inclui no VI sistema produtivo, todo o aparelho estatal em todas suas esferas (federal, estadual e municipal).

Serva (1990) complementa a análise, indicando que o ator que teria condições de transformar e, conseqüentemente, criar novos sistemas produtivos, seria o empreendedor, principalmente destacando o seu papel

nos sistemas produtivos de relativa competitividade, como quase formal de microprodução e conviviais comunitários.

No entanto, mesmo diante da pluralidade de possibilidades de atuação, Serva (1990) constata que o suporte teórico oferecido pelas escolas de administração se destina quase que exclusivamente ao sistema oligopolizado de produção, mesmo que apenas 10% das unidades empresariais brasileiras estivessem contidas neste sistema. Este fato faz com que se aprofunde a distância entre teoria e prática quando observado o aporte teórico oferecido em face aos demais sistemas produtivos. Acrescenta-se a isso o fato de que as práticas gerenciais, ideologias, técnicas e paradigmas adequados ao sistema oligopolizado de produção, em sua maioria, não podem ser transferidas aos demais sistemas.

Para Serva (1990), isto acaba por gerar a impressão de que o que se aprende na prática cotidiana do trabalho é o que realmente será útil e válido para o desenvolvimento profissional, e não o ensino na universidade que, devido à defasagem e inabilidade de oferecer respostas às complexidades impostas à realidade do profissional de administração, é interpretado como “apenas o caminho para o alcance do bacharelado ritual formalístico institucionalmente exigido para o acesso ao campo profissional.” (SERVA, 1990, p.15).

Mesmo enfocando apenas um sistema na formação profissional, o curso de administração, em geral, ainda apresenta deficiências, as quais são apontadas pelo próprio mercado. Neste sentido, Tachizawa, Cruz Junior, e Rocha (2001) fazem alguns apontamentos acerca do ensino de administração com base na pesquisa desenvolvida em 1999 pelo Conselho Federal de Administração. De acordo com os autores, os resultados demonstraram que o ensino de Administração no país “é teórico, não é prático, não proporciona visão geral da organização empresarial, há um aprendizado de matérias inúteis e currículos não adaptados.” (TACHIZAWA; CRUZ JUNIOR; ROCHA, 2001, p.23).

Neste contexto, Serva (1990) afirma que o suporte teórico que os estudantes de administração recebem nas universidades brasileiras é inadequado face às complexidades e à abrangência do seu campo de atuação. Um olhar atento às referências utilizadas pelos cursos de Administração no Brasil permite constatar a tendência a uma visão simplificadora e harmoniosa da realidade, levando Maranhão e Motta (2007) a concluir que a educação não é neutra e que o discurso presente na mídia de massa e nas principais fontes de pesquisa utilizadas pelos alunos dos cursos de administração é persuasivo, tentando convencer o leitor de uma determinada visão das organizações e do universo no qual estão inseridas.

O uso da literatura *pop management* também é um aspecto ilustrativo desta problemática. Paes de Paula e Wood Jr (2002) mostram que textos de autoajuda são adaptados ao contexto corporativo e são fortemente presentes neste tipo de literatura, assumindo caráter eminentemente prescritivo, além de atuar de forma integrada, similarmente ao que ocorre com os contos infantis sobre as crianças, podendo afetar o desenvolvimento da identidade dos indivíduos. Estudos como o de Carvalho, J. Carvalho e Bezerra (2010) evidenciam que os estudantes de administração são relativamente incapazes de fazer distinção entre livros *pop management*, livros esotéricos e aqueles de autoajuda, alertando para a gravidade da utilização deste tipo de referencial nos cursos de administração.

Nos livros considerados didáticos, também se percebem dificuldades em uma contextualização mais ampla na formação do administrador. Em sua análise, Morais (2007) demonstra que os manuais de administração apresentam um conjunto de doutrinas que tratam de forma metodológica e ideológica profundamente idêntica os diferentes temas abordados nas teorias em organizações. A história do pensamento administrativo é tratada com base em uma visão evolucionista, sem a preocupação em se estabelecer qualquer tipo de relação entre as ideias apresentadas e a doutrina histórica sobre a administração e o contexto mais amplo no qual se insere.

A ênfase na dimensão econômica em detrimento das dimensões cultural e organizacional dos conteúdos e a ética restrita ao mundo do trabalho e dos negócios são também características dos cursos de administração (ARAÚJO; CORREIA, 2001; SOUZA; CARVALHO; XAVIER, 2003). Ituassu e Fontanelle (2009) denunciam o ensino em administração como uma educação escrava de interesses gerenciais, reforçando a necessidade de se discutirem alternativas para colocá-la a serviço do homem.

A limitação dos cursos de administração ao ensino das perspectivas gerencialistas encontra respaldo nas ideias apresentadas inicialmente neste texto, como a de empresarização do mundo, discutidas por Solé (2004) e também de visão dominante do que deve ser organizado como prática exclusivamente empresarial (PARKER, 2002; BOHM, 2006; MISOCZKY; VECCHIO, 2006). Neste contexto, parece não haver interesse político e social para formar um administrador dentro de uma perspectiva crítica, na medida em que ele é formado como sujeito operacional, implicando a introjeção, na sua formação, dos fundamentos de uma ideologia gerencialista. Tal ideologia tem por pressuposto a noção

de que a ação de compreender significa medir, ela transmuta a economia em matemáticas, analisa a organização sob uma ótica funcionalista, faz predominar a discussão dos meios sobre as finalidades, considera a pesquisa e o conhecimento válidos apenas na medida em que levam a soluções operacionais e entende o ser humano como um fator da empresa (GOULEJAC, 2007). As bases paradigmáticas destes fundamentos impedem um aprofundamento crítico e reflexivo, politicamente situado, do papel do administrador em seu contexto social.

É oportuno enfatizar também que, embora haja discussões em torno do surgimento de novas formas organizacionais, as quais estariam demandando novas posturas por parte dos administradores, estas formas continuam reféns de uma racionalidade instrumental (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000), reforçam e sofisticam os mecanismos de controle sobre os indivíduos (SILVA, 2003), mantendo os princípios fundantes da burocracia, inaugurando, assim, a chamada “burocracia flexível” (PAES DE PAULA, 2002). Diante deste cenário, surgem muitos questionamentos acerca do processo de formação do administrador no Brasil. Os autores compartilham a visão de Paes de Paula e Rodrigues (2006), Maranhão e Motta (2007), Maranhão e Paes de Paula (2008) como possível de vislumbrar um projeto político pedagógico para o curso de Administração que, mesmo com limitações no sentido de abranger o objetivo da emancipação humana, possa ao menos ser mais esclarecido, menos limitado, a fim de que, com base em uma consciência crítica historicamente situada, o processo de aprendizagem se concretize em todo seu potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostra a reflexão a respeito da responsabilidade da universidade como formadora de indivíduos atuantes na sociedade, de acordo com as suas necessidades em sentido amplo, extrapolando sua relação com o mercado, segundo a qual a universidade seria fonte de capacitação para o mercado de trabalho. Muito, além disso, argumenta-se que é preciso que a universidade se configure como um espaço que viabilize e estimule a emancipação humana, baseado em uma visão crítica da história, da realidade e da possibilidade de construção de futuros alternativos, numa verdadeira *sociologia das emergências*, como propõe Santos (2002) e não linearmente concebidos como inevitáveis.

Diante das transformações que vêm ocorrendo no contexto universitário, como a pressão pela mercantilização do conhecimento

(SANTOS, 2008), a incorporação da visão liberal (CHAUI, 2003), a pretensa autonomia universitária (CULLEN, 2008), a apropriação da racionalidade própria do mercado (GOERGEN, 1998) e a formação que objetiva a produção (PIRES, 1996), o papel da universidade na sociedade precisa ser refletido, discutido e repensado, no sentido de definir de forma mais clara a função que se espera dela, em especial da universidade pública, em um contexto político, econômico e social como o dos países periféricos, marcado pelo desenvolvimento dependente e pelas inúmeras desigualdades sociais.

O curso de Administração enfrenta, neste sentido, o desafio de definir autonomia e identidade em um contexto no qual a universidade encontra-se vinculada fortemente às demandas do mercado e à formação de pessoas para servir aos objetivos do capital privado. Para isso, será preciso reconhecer que existem diferentes espaços constituídos por diferentes organizações e que organizar não é uma prática circunscrita à noção dominante daquela que atua no mercado com predominância da racionalidade instrumental e objetivo de lucro econômico. Nestes diferentes espaços, há diferentes necessidades com relação ao papel desempenhado pelo administrador, o que requer que este desenvolva posturas diversas para atuar nas várias formas de organização social presentes em nossa sociedade.

O enfoque curricular e a literatura predominantemente utilizada nos estudos organizacionais e nos cursos de Administração aparecem como fontes reprodutoras da lógica dominante, dando ênfase ao caráter utilitário e à razão instrumental, esvaziando a concepção de possibilidades alternativas a este modelo. Importa refletir que o fato de existir uma concepção hegemônica de organização não significa que não existam outras possibilidades que precisam, primeiramente, ser reconhecidas pelos estudos organizacionais e, baseadas neles, estudadas e analisadas nas escolas de Administração que pretendam cumprir seu papel de formação de sujeitos atuantes na transformação da sociedade.

O exercício de reflexão proposto por este artigo sugere ampliar as pesquisas no sentido de compreender os caminhos que vêm trilhando a formação do administrador no Brasil, no intuito de, ao desenvolver uma *sociologia das ausências* (SANTOS, 2002), identificar as práticas que se distanciam do modelo dominante, construindo uma *sociologia das emergências* (SANTOS, 2002), a qual enuncie possibilidades que tenham como horizonte práticas alternativas mais coerentes com as necessidades da sociedade, considerando diferentes espaços e diferentes momentos históricos.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. *Revista Organizações e Sociedade*, v.18, n.57, p.345-348, 2011.
- ALMEIDA FILHO, N. Contra a Alca-Demia. In: SOUZA SANTOS, B. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, v.9, n.1, p.79-101, 2005.
- ARAUJO, M.; CORREIA, A. Uma Avaliação do Processo Formativo do Administrador: Um Estudo de Caso em Uma Instituição de Ensino Superior. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2008. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008.
- BALBINOT, E.; PEREIRA, B. Particularidades inerentes ao modelo de gestão de um empreendimento de economia solidária: o caso do projeto esperança. *Revista Eletrônica de Administração*, v.15, n. 2, 2009.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BÖHM, S. *Repositioning Organization Theory: Impossibilities and Strategies*. Basingstoke: Palgrave, 2006.
- CARVALHO, J.; CARVALHO, F.; BEZERRA, C. O monge, o executivo e o estudante ludibriado: uma análise empírica sobre leitura eficaz entre alunos de administração. *Cadernos Ebape.BR*, v.8, n.3, artigo 9, 2010.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n.24, p.5-15, 2003.
- CLEGG, S. *Organizações Modernas*. Celta: Oeiras, Portugal, 1998.
- CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/arquivos/selecionaitem.php?p=selecionaitem.php&coditem=18>>. Acesso em: 01/06/2010.
- COSTA, P.; CARRION, R. Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. *Revista Latino Americana de Economía Social y Solidaria*, v. 3, n. 4, p. 66-81, 2009.
-

COVRE, M, L. *A formação e a ideologia do administrador de empresas*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CULLEN, P. La relacion de la universidad com el mundo del trabajo. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTION UNIVERSITÁRIA DE AMERICA DEL SUR, 8.,2008,. Assunção. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/Bd_documentos/2225.pdf> . Acesso em: 27/05/2010.

DELLAGNELO, E.; MACHADO-DA-SILVA, C. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? *Revista Organizações e Sociedade*, v.7, n.19, 2000.

ENRIQUEZ, E. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. *RAE -eletrônica*. v.5, n.1, art.10, 2006.

GOERGEN, P. Ciência, Sociedade e Universidade. *Educação e sociedade*, v. 19, n. 63, 1998.

GOULEJAC, V. *Gestão como doença social*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007

ITUASSU, C.; FONTENELLE, I. Gerencialismo em Sala de Aula: Razão para Desistir ou Motivo para Resistir? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33, 2009. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpad, 2009.

MARANHÃO, C.; PAES DE PAULA, A. História e Projetos da Pedagogia Crítica: Trilhando um Caminho Possível no Ensino da Administração. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

MARANHÃO, C. M. S. A.; MOTTA, F. M. V. A Importância Do Ato De Ler: Leituras Críticas na Formação do Administrador. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 6, n. 2, 2007

MICHAELIS on line. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=administrador>. Acesso em: 29/05/2010.

MISOCZKY, M. Autogestão e práticas organizacionais horizontalizadas: amplificando sinais. In: ENCONTRO de ESTUDOS

ORGANIZACIONAIS da ANPAD - ENEO, 5, 2008. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Anpad, 2008.

MISOCZKY, M. ; GOULART, S. Viver as contradições e tornar-se sujeito na produção social do nosso espaço de práticas. *Revista Organizações e Sociedade*, v.18, n.58, p.535-540, 2011.

MISOCZKY, M.; VECCHIO, R. Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar. *Cadernos Ebape*, v.4, n.1, 2006.

MORAIS, L. O Ensino Da Evolução Das Teorias Em Organizações Através De Manuais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2007.

ODA, E.; CARVALHO, A.; SANTOS, M.; SILVA, R.; SILVA, V.; SOUZA, C. Universidade e Responsabilidade Social: diálogo entre diferentes sujeitos. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA, 9, 2007. Bogotá, 2007.

PAES DE PAULA, A. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e as burocracias flexíveis. *Revista de Administração Pública*, v. 36, n. 1, 2002.

PAES DE PAULA, A. WOOD JR, T. Pop management: contos de paixão, lucro e poder. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 9, n 24, p. 39-51, 2002.

PAES DE PAULA, A. ; RODRIGUES, M. Pedagogia Crítica no Ensino da Administração: Desafios e Possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, p. 10-22, 2006.

PARKER, M. *Against Management: Organization in the Age of Managerialism*. Cambridge: Polity, 2002.

PIRES, H.F. Universidade: a dialética do mercado e da sociedade. *Revista Advir*, n.9, p. 05-07, 1996.

RAMOS, A, G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, B. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

SCHREVEN, S.; SPOELSTRA, S.; SVENSSON, P. Alternatively. *Ephemera: theory & politics in organization*, v.8, n.2, p.129-136, 2008.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. *Revista de Administração Pública*, v. 24, n. 2, p. 10-21, 1990.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 33, n.2, p.36-43, 1993.

SEVERINO, A. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.6, n.10. p.117-124, 2002.

SILVA, R. Controle organizacional, cultura e liderança; evolução, transformações e perspectivas. *Revista de Administração Pública*, v. 37, n. 4, 2003.

SOLÉ, A. ¿Qué es una empresa ? Construcción de un idealtipo transdisciplinario. *Working Paper*. Paris, 2004.

SOUZA, W.; CARVALHO, V.; XAVIER, A. Mercado, Ética e Responsabilidade Social na Formação dos Profissionais de Administração e de Ciências Contábeis: uma Análise Teórico-Comparativa sob a Ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 27, 2003. Atibaia. *Anais...* Atibaia: Anpad, 2003.

TACHIZAWA, T.; CRUZ JUNIOR, J.; ROCHA, A. *Gestão de negócios: visões e dimensões empresariais da organização*. São Paulo: Atlas, 2001.

TENÓRIO, F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, v.32, n.5, p.7-23, 1998.

DADOS DOS AUTORES

REBECA DE MORAES RIBEIRO DE BARCELLOS (rebecamribeiro@gmail.com)

Mestre em Administração pela ESAG/UDESC

Instituição de vinculação: Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis/SC – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Novas formas organizacionais; organização da resistência; produção cultural independente e teoria política do discurso.

ELOISE HELENA DO LIVRAMENTO DELLAGNELO (eloise@cse.ufsc.br)

Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC

Instituição de vinculação: Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis/SC – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Novas formas organizacionais; novas práticas de organização; resistência; Ongs; Análise Crítica do Discurso e Pesquisa em Administração.

GABRIEL PORTELA SALIÉS (gabriel.portela@gmail.com)

Graduando em Administração pela UFSC

Instituição de vinculação: Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis/SC – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Ensino em Administração; produção cultural independente e música independente.

Recebido em: 24/08/2011 • **Aprovado em:** 18/11/2011